

Título Inicial: Scholar Food Programs in Contexts of Food Insecurity

SEGURANÇA ALIMENTAR, PROGRAMAS ALIMENTARES E SUSTENTABILIDADE

O propósito do texto elaborado é o de abordar questões relativas à sustentabilidade a partir das noções de segurança e insegurança alimentar. Tendo presente a pesquisa que venho desenvolvendo sobre insegurança alimentar (sobretudo no sentido de privação de alimentos adequados) e sobre a aplicação de programas de enfrentamento da mesma, procuro evidenciar a necessidade de vigilância das noções de segurança/insegurança alimentar e destacar o modo como estas noções têm sido instrumentais para colocar em campo programas de ajuda alimentar e projetos de desenvolvimento, que, por implicarem profundas modificações na paisagem agrícola, se revelam discutíveis em termos de sustentabilidade. Recorro para tal a pesquisa de terreno, relacionada com um projeto-piloto de alimentação escolar, realizada em Nampula, Moçambique, em 2016.

A abertura de uma discussão sobre a noção de insegurança alimentar é, neste contexto, um procedimento incontornável, não apenas porque este conceito está na origem de medidas e de políticas públicas de significativos efeitos, como também por esta noção se ter transformado no epicentro a partir do qual a intensa e obstinada relação dos indivíduos com os alimentos é colocada. Se a *fome* servia no passado para classificar estados extremos de privação de alimentos, criando estados e processos facilmente reconhecíveis no imaginário social, hoje a *fome* é alvo de um julgamento e tratamento técnico que a remete para uma escala gradativa específica, definida por peritos, o que a constitui num campo tendencialmente fechado, onde só os especialistas parecem reunir condições de participação efetiva.

Fruto de uma conceptualização com vista à neutralidade e operacionalidade estatística, a noção de *fome* tem vindo a complexificar-se e a afirmar-se como sendo apenas diagnosticável por *experts*. Radimer e Olson (1990) davam conta, já há mais de duas décadas, da necessidade de mensuração da fome. Diziam estes autores que a maior

¹ ICS-Universidade de Lisboa. Bolsa de investigação FCT: SFRH/BPD/97532/2013.

parte dos documentos sobre a fome não definiam explicitamente o que era a *fome* e que essas definições podiam estar relacionadas com situações tão distintas como a sensação física de fome; interrupção no fornecimento de certo tipo de alimentos; disponibilização de alimentos de fraca qualidade, etc., devendo assim serem procuradas outras formas de identificar a *fome* (cf. Radimer e Olson 1990, 1544). A evolução da discussão e a sofisticação dos argumentos permitiu, assim, que o conceito de segurança alimentar se fosse adensando e se transformasse num conceito operacional, passível de ser medido e utilizado na definição de políticas públicas.

A busca de objetividade conduziu, contudo, a um conjunto de cálculos de tal forma complexos que foi sendo introduzido um fechamento de campo. É pois este enclausuramento que me parece dever ser questionado. Em primeiro lugar, e *in extremis*, este fechamento pode induzir um efeito de exclusão, uma vez que indivíduos comuns, ainda que avisados, apenas podem classificar o mundo de forma estéril, isto é, sem implicações práticas, na medida em que não se sentem munidos de *instrumentos rigorosos* de observação e classificação. Enquanto cidadãos, mesmo que implicados, resta-lhes confiar, na mão de *peritos*, a árdua tarefa de estabelecer diagnósticos da realidade que é suposto conduzir a *boas políticas*. Vemo-nos confrontados, portanto, com um problema epistemológico, que, convidando a uma indagação sobre as *condições de possibilidade* de diferentes formas de conhecimento, e ao uso que deste se faz, conduz a que nos questionemos sobre o modo como a construção do conhecimento científico pode afastar o sujeito do mundo.

Muitas foram as propostas específicas apresentadas relativamente ao modo como a insegurança alimentar devia ser avaliada, destacamos aqui o método da FAO, relevante pelo apoio dado por esta agência a programas agrícolas e alimentares em África. Centrado na determinação da quantidade de calorias ingeridas *per capita* num país é o principal referencial para a identificação de situações de insegurança alimentar. É a ingestão calórica média, determinada a partir dos orçamentos domésticos, que permite identificar se está a ser assegurado o valor calórico mínimo considerado adequado. São, portanto, informações nacionais, que se espera serem precisas, relativas à produção, importação, exportação e *stocks* que são utilizadas para fazer estimativas para cada país. Ora, se este método tem a vantagem de facilmente permitir a comparação internacional, tem também a desvantagem, tal como defendido por Pessanha e Vannier-Santos (2008), de se basear em informações relativas à produção que podem ser bastante imprecisas. Por outro lado,

o método da FAO permite avaliar a disponibilidade de alimentos mas não aspetos que tenham a ver com o acesso aos mesmos, nem com as suas qualidades do ponto de vista nutricional. Para além destas dificuldades, esta metodologia não permite identificar famílias e indivíduos que se encontrem em situação de insegurança alimentar. É com estas limitações que a FAO produz anualmente relatórios sobre insegurança alimentar no mundo. É compreensível que países mais pobres estejam interessados em assistência alimentar e em programas de desenvolvimento agrícola, e é de crer que encontrem alguma vantagem na declaração de elevados níveis de insegurança alimentar. É ainda legítima a convicção de que o sector agroalimentar possa justificar oportunidades de negócio em contextos declarados como sendo de insegurança alimentar.

Peça relevante no enquadramento do projeto-piloto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE) em Moçambique e que resulta da cooperação que a partir de 2010 se foi estabelecendo entre Moçambique, Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), é o *Memorando de Entendimento* que foi assinado por estes parceiros em 2015. Este documento dá-nos dá conta da atividade política de articulação internacional construída em torno da segurança alimentar. O projeto-piloto, que começou a ser formalizado em 2012, integrava-se no âmbito da cooperação sul-sul, com o Brasil a apoiar o PRONAE. Procurando afirmar-se externamente como país de referência em matérias relacionadas com políticas públicas de erradicação da fome e da pobreza, o Brasil evocaria a sua experiência e particular *expertise* neste âmbito. Assumiria assim, no contexto moçambicano, mas não apenas aí, um papel muito ativo na implementação de programas em que a insegurança alimentar surgisse como referência importante (cf. Santarelli 2015).

Por outro lado, a implementação do PRONAE é o resultado de uma cooperação que é concomitante com outros projetos de cooperação que têm gerado grande contestação em Moçambique, designadamente na área do corredor de Nacala, refiro-me ao ProSavana — Projeto Trilateral entre Moçambique, Brasil e Japão — também ele um projeto que tem como referência importante o combate à insegurança alimentar. Este é um projeto em que se prevê uma profunda alteração da paisagem da região e entre as suas finalidades conta-se o aumento da produção agrícola, apostando numa maior eficiência tecnológica e no melhoramento de sementes, o combate à insegurança alimentar e a promoção do desenvolvimento. Orientado para a produção extensiva de *commodities*, como o milho e a soja, e para um modelo de exploração da terra que entra em rutura com formas mais tradicionais de agricultura, este projeto não poderá ser concretizado sem

reassentamento de populações e sem profundas alterações na estrutura agrária. Se o PRONAE surge muito orientado para a aquisição de produtos locais aos agricultores, visando a sua distribuição pelas escolas, o ProSavana é um programa de estímulo ao agronegócio, que faz temer pelo desaparecimento de pequenos agricultores. Cabe então perguntar se o 2º objetivo do desenvolvimento sustentável da ONU — “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” — pode ser concretizado através de projetos como estes.